As candidatas nomeadas deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Setembro de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*, 2611051187

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Aviso n.º 18 990/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de sociologia — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Setembro de 2007, proferido ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi nomeada na sequência do concurso em epígrafe, aberto pelo aviso n.º 36/2007, de 23 de Fevereiro, desta Câmara Municipal, Dora Sofia Ribeiro Martins, categoria de técnico superior 2.ª classe (sociologia), do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município, após ter sido dispensada de estágio, por estarem reunidos os requisitos previamente definidos.

A candidata deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611051236

CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Aviso n.º 18 991/2007

Mário Caetano Teixeira Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Tarouca, faz público que, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, por seu despacho de 1 de Agosto de 2006, nomeou definitivamente as seguintes funcionárias do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tarouca, mediante procedimento de reclassificação profissional, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e em cumprimento do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/99, de 30 de Dezembro:

Carlota de Jesus Pereira Sarmiento, chefe da Repartição Financeira (escalão 2, índice 475) — na categoria de técnica superior de 1.ª classe (escalão 2, índice 475).

Maria Laurinda Gomes de Melo, chefe da Repartição Administrativa (escalão 2, índice 475) — na categoria de técnica superior de 1.ª classe (escalão 2, índice 475).

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário Caetano Teixeira Ferreira*.

2611050942

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 18 992/2007

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta Câmara Municipal efectuou a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo, celebrado ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, pelo período de um ano, com Diana Patrícia de Oliveira Soares Basto, com a categoria de cozinheira, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 142, da tabela de vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central e local, com efeitos a dia 19 de Setembro do corrente ano.

19 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611051197

Aviso n.º 18 993/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho do vereador da área de planeamento e gestão urbanística de 20 de Setembro de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa ao loteamento a que se refere o processo n.º 15/06, em que é interessado Jorge Caetano Jaques, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

21 de Setembro de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *João Luís Nobre Pereira*.

2611051190

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Edital n.º 823/2007

Mário Hermenegildo Moreira de Almeida, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, submete, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, a discussão pública, pelo prazo de 15 dias contados a partir da publicação do presente edital, o pedido de licenciamento de operação de loteamento requerido por MCSEM Imobiliária, L.ª

O referido pedido reporta-se ao prédio sito na Avenida do 1.º de Maio, freguesia de Fajozes, concelho de Vila do Conde, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00148 de 19 de Julho de 1990, e prevê a constituição de seis lotes para a construção de armazém, indústria, comércio e serviços, encontrando-se disponível para consulta na Repartição Técnica da Câmara Municipal durante o horário de expediente.

No decurso deste período de discussão, poderá qualquer interessado, por escrito, formular as reclamações, observações ou sugestões tidas por convenientes.

25 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida*.

2611051228

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Aviso n.º 18 994/2007

Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, na sua reunião de 29 de Agosto de 2007, deliberou, por unanimidade, aplicar, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, do Estatuto Disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84), a pena de aposentação compulsiva à funcionária Maria Aurora Lopes Rodrigues, produzindo a vacatura do lugar.

14 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.

2611051036

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Aviso n.º 18 995/2007

1 — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho de 12 de Setembro de 2007 do presidente da Câmara Municipal, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo principal, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para o preenchimento do referido lugar e caduca com o seu provimento.

3 — Remuneração — índice 222 da escala indicatória para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente € 725,39.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Vila Viçosa, sendo as condições as genericamente vigentes para os actuais funcionários desta autarquia.

5 — Conteúdo funcional — o constante no despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

6.2 — Especiais — os constantes na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento elaborado nos termos gerais e dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, conjuntamente com os documentos que o devam instruir, e entregue, pessoalmente, nesta Câmara Municipal, no período de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos), ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Vila Viçosa, Praça da República, 7160-207 Vila Viçosa, expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

Do requerimento devem constar:

a) A identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, situação militar, se for caso disso, número e data do bilhete de identidade, número de contribuinte, residência, código postal e número de telefone);

b) As habilitações literárias;

c) O lugar a que se candidata, bem como o número de aviso e data em que foi publicitado;

d) A identificação da actual categoria, tempo de serviço na mesma, antiguidade na carreira e na função pública e a entidade onde presta serviço;

e) A classificação de serviço na categoria nos últimos três anos;

f) Outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, que possam ser relevantes para apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri, se devidamente comprovados;

g) A menção expressa dos documentos anexos ao requerimento.

8 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, de fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias, do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte, bem como dos elementos comprovativos dos requisitos referidos no n.º 6.1, os quais poderão ser dispensados para admissão ao concurso se os candidatos declararem, no próprio requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa relativamente a cada uma das condições referidas nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*), *e*) e *f*) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.1 — Deverá ainda ser anexada a seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* actualizado, detalhado, datado e assinado, indicando, nomeadamente, a experiência profissional anterior relevante para o exercício das funções do lugar a concurso e acções de formação e aperfeiçoamento profissional com alusão à sua duração;

b) Declaração emitida pelo serviço de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço relativas aos anos relevantes para o concurso nas suas expressões qualitativas e quantitativas, onde deverá ser utilizado, para além de valores inteiros, um limite máximo de três dígitos decimais, sem arredondamentos;

c) Fotocópia de certificados comprovativos das acções de formação frequentadas com identificação da entidade que as promoveu, períodos em que as mesmas decorreram e respectiva duração.

9 — Os candidatos pertencentes ao serviço para cujo lugar o concurso é aberto são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos que constem do seu processo individual.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

13 — A avaliação curricular será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(2 \times CS) + HA + EP + FP}{5}$$

em que:

CS — classificação de serviço;

HA — habilitação académica de base;

EP — experiência profissional;

FP — formação profissional.

As regras a observar na valorização dos diversos factores são as seguintes:

Classificação de serviço — para o cálculo deste factor será considerada a média aritmética simples dos últimos três anos;

Habilitação académica de base:

6.º ano — 12 valores;

9.º ano — 16 valores;

11.º ano — 20 valores;

Experiência profissional — a determinação deste factor será efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = \frac{(a + 0,5) + (b \times 0,4) + (c \times 0,3)}{1,2}$$

em que:

a — tempo de serviço na categoria actual;

b — tempo de serviço na carreira correspondente ou equivalente;

c — tempo de serviço na função pública.

Para os cálculos do tempo de serviço será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Tempo de serviço} = \frac{\text{Número total de dias}}{365}$$

Formação profissional:

De zero até trinta horas — 5 valores;

De trinta e uma horas a sessenta horas — 10 valores;

De sessenta e uma horas a cento e vinte horas — 15 valores;

Superior a cento e vinte horas — 20 valores.

14 — A entrevista profissional de selecção será ponderada de acordo com os seguintes factores:

Factores de apreciação	5	4	3	2	1
Capacidade de expressão e comunicação.	Demonstrou uma apreciável facilidade de expressão e comunicação.	Demonstrou uma razoável facilidade de expressão e comunicação.	Demonstrou alguma facilidade de expressão e comunicação.	Demonstrou grande dificuldade de expressão e comunicação.	Não demonstrou qualquer capacidade de expressão e comunicação.
Sentido de organização e capacidade de inovação.	À questão apresentada demonstrou um apreciável sentido de organização ou capacidade de inovação.	À questão apresentada demonstrou um sentido de organização razoável ou capacidade de inovação.	À questão apresentada demonstrou algum sentido de organização ou capacidade de inovação.	À questão apresentada demonstrou muito pouco sentido de organização ou capacidade de inovação.	À questão apresentada não demonstrou qualquer sentido de organização ou capacidade de inovação.
Capacidade de relacionamento.	À questão apresentada revelou uma apreciável capacidade de relacionamento.	À questão apresentada revelou uma razoável capacidade de relacionamento.	À questão apresentada revelou alguma capacidade de relacionamento.	À questão apresentada revelou muito pouca capacidade de relacionamento.	À questão apresentada revelou uma total incapacidade de relacionamento.
Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer.	Manifestou possuir um conhecimento bastante completo dos problemas e tarefas.	Manifestou possuir um conhecimento razoável dos problemas e tarefas.	Manifestou possuir alguns conhecimentos sobre problemas e tarefas.	Manifestou possuir muito poucos conhecimentos sobre os problemas e tarefas.	Manifestou falta de quaisquer conhecimentos sobre os problemas e tarefas inerentes ao conteúdo funcional do cargo a prover.

15 — A ordenação final dos candidatos será a resultante da média aritmética das classificações obtidas em todas as operações de selecção pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

CF — classificação final;
AC — avaliação curricular;
EPS — entrevista profissional de selecção.

16 — Em caso de igualdade de classificação proceder-se-á ao desempate nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

18 — Publicitação das listas — a lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º, n.ºs 1 e 5, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas nas instalações da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

19 — O júri do concurso será constituído da seguinte forma:

Presidente — Rosália dos Santos Gervásio de Moura, chefe de divisão Administrativa e Financeira.

Vogais efectivos:

1.º Vítor Manuel Casa Branca Ramos, chefe de divisão de Administração Urbanística.

2.º Valter André Correia Tomás Pires, responsável pela Divisão de Obras Municipais.

Vogais suplentes:

1.º Palmira da Iria Galhardas Barroso, técnica superior de 2.ª classe.

2.º Hélder Jorge Marques Soeiro, técnico superior arquitecto de 2.ª classe.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

20 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, pro-

videnciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.

2611050959

JUNTA DE FREGUESIA DE ALBERNOA

Aviso n.º 18 996/2007

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se público que, por deliberação desta Junta de Freguesia tomada na reunião de 31 de Agosto de 2007, foram reclassificadas profissionalmente as seguintes funcionárias, na categoria e carreira que se indicam, nos termos da alínea e) do artigo 2.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro:

Maria Manuel Pires dos Reis — assistente administrativo (escalão 1, índice 199).

Maria Amélia Assunção Penas — assistente administrativo (escalão 1, índice 199).

As funcionárias deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso, conforme disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia.)

18 de Setembro de 2007. — A Presidente, *Sandra Cristina Machado Margarida*.

2611051242

JUNTA DE FREGUESIA DE ARRIFES

Aviso n.º 18 997/2007

Conforme deliberado pela Assembleia de Freguesia de Arrifes, na sua reunião ordinária de 29 de Dezembro de 2006, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sob proposta da Junta, foi aprovada por unanimidade a criação do quadro do pessoal da Junta de Freguesia, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho. O mesmo terá um lugar do grupo de pessoal administrativo, da carreira de assistente administrativo, e um lugar do grupo de pessoal auxiliar, da categoria de coveiro, cuja promoção, progressão e remuneração está definida pelo Decreto-Lei n.º 404-A/89, de 18 de Dezembro, o qual foi adaptado às autarquias locais pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro:

Quadro de pessoal

Grupo	Carreira	Categoria	Escalaões								Número de lugares			
			1	2	3	4	5	6	7	8	Total	Ocupados	Vagos	Cativos
Administrativo	Assistente administrativo.	Assistente administrativo.	199	209	218	228	238	249				1	0	0
		Assistente administrativo principal.	222	233	244	254	269	290			1	0	0	0
		Assistente administrativo especialista.	269	280	295	316	337					0	0	0
Auxiliar		Coveiro	155	165	181	194	214	228	202	218	1	0	1	0

29 de Dezembro de 2006. — O Presidente, *José Maria da Silva Sousa*.

JUNTA DE FREGUESIA DE CARVALHAL

Aviso n.º 18 998/2007

Nomeação de um técnico de 1.ª classe, contabilidade e administração

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 17 de Setembro de 2007, nomeei definitivamente no lugar de técnico 1.ª classe, contabilidade

e administração, *Dora Cristina da Fonseca Gomes Martins Correia*, 16,59 valores, candidata ao concurso acima referido, aberto por aviso de 27 de Agosto de 2007, sede da Junta de Freguesia. [Isento de fiscalização prévia, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

17 de Setembro de 2007. — O Presidente, *João Manuel Gomes Mendonça*.

2611051189